

Projeto Conexão Local Modalidade Interuniversitária 2012

**Minas Sem Fome: Uma política pública,
várias histórias.**

Fundação Getúlio Vargas/Universidade Estadual Vale do Acaraú

Alunos: Beatriz Junqueira Kipnis e Aníbal Sales Oliveira Bastos

Supervisoras: Maria Cecília Gomes Pereira e Sefisa Quixadá Bezerra

Cidades: Coração de Jesus, Nova Porteirinha e Janaúba

1. Introdução

O Projeto Conexão Local Modalidade Interuniversitária tem como objetivo proporcionar um primeiro contato com a pesquisa e intercâmbio entre acadêmicos da área de ciências sociais aplicadas de diferentes instituições. O foco desse programa é proporcionar uma experiência em campo para que alunos de graduação e pós-graduação possam, interagindo entre si, conhecer a realidade da aplicação de uma política pública. Essa imersão visa estimular a observação de como são implementadas as técnicas de gestão e quais são os diferentes atores que estão envolvidos. Através desse conhecimento, a pesquisa objetiva também a percepção da complexidade dos contextos em que políticas públicas são efetivamente aplicadas e, por meio do contato com os diferentes atores, incentiva uma abordagem mais humana da gestão, lembrando que por trás das políticas há pessoas reais.

O intercâmbio entre a Universidade Estadual Vale do Acaraú e Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, com os integrantes Aníbal Sales Oliveira Bastos e Beatriz Junqueira Kipnis, sob a orientação de Sefisa Quixadá Bezerra e Maria Cecília Gomes Pereira, ocorreu tendo a finalidade de compreender o Programa Minas Sem Fome do governo do estado de Minas Gerais.

A imersão durou 21 dias, as atividades variaram entre estudo do contexto socioeconômico, palestras, conversas orientadas (SPINK, 2008) e vivência cotidiana. Algumas dessas atividades foram pré-determinadas e outras espontâneas, sendo todas elas sem roteiro pré-estabelecido, orientando-se pela importância que cada ator social priorizou sobre determinado aspecto do programa e por questionamentos que surgiram a partir de cada situação vivenciada. Objetivando uma captação mais detalhada da nossa experiência, anotamos os principais pontos de cada conversa ao longo do dia no caderno de pesquisa de campo, assim como algumas falas que julgamos interessantes para uma melhor compreensão da política pública.

A nossa pesquisa se pautou no Programa Minas Sem Fome do Governo de Minas Gerais cuja execução é de responsabilidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG). O programa em questão é uma iniciativa que visa a segurança alimentar por meio da produção de alimentos, a geração de emprego e renda para os agricultores familiares. Para isso a empresa fornece diferentes benefícios materiais e também capacitação e ajuda técnica. Os agricultores familiares precisam fazer parte de alguma associação local para poderem receber os benefícios, que são distribuídos de acordo com critérios variáveis que serão detalhados ao longo do relatório.

Os atores que se mostraram importantes para a implementação do programa Minas Sem Fome foram os funcionários da EMATER em todas as unidades, envolvendo diretores, gerentes e técnicos, os funcionários dos sindicatos rurais municipais, os secretários de agricultura e de assistência social, os presidentes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, os presidentes de associações e todos os demais agricultores familiares beneficiados.

A fim de conhecer melhor o seu funcionamento, a pesquisa se dividiu em alguns momentos diferentes. Inicialmente, visitamos Belo Horizonte para conhecer a unidade central da EMATER e a história que os funcionários da central tinham para contar do programa Minas Sem Fome. Em seguida, viajamos para Montes Claros, onde se encontra uma unidade regional da empresa, visando aprofundar melhor sobre o contexto do programa na região norte do estado. Depois, seguimos para Coração de Jesus, onde passamos uma semana conhecendo melhor o destino final dos benefícios do programa e o olhar dos atores locais envolvidos tanto na implementação, quanto no recebimento. Então, seguimos para Janaúba, também no norte mineiro, conhecemos a unidade regional, e depois passamos uma semana visitando os diferentes atores envolvidos na implementação do programa nos municípios vizinhos de Janaúba e Nova Porteirinha. Por fim, retornamos à central da empresa em Belo Horizonte para termos uma conversa final sobre a experiência.

A escolha das cidades que visitamos ocorreu por estarem situadas no norte mineiro, região do estado que apresenta maiores desigualdades, e também pela disponibilidade das unidades regionais e dos escritórios locais em nos receberem. Além disso, nos focamos em um número de cidades que possibilitasse a conversa com vários atores do programa, mas que ao mesmo tempo nos permitisse conhecer diferentes implementações do Minas Sem Fome para posteriores comparações.

Em um primeiro momento, explicamos em maiores detalhes o programa Minas Sem Fome e relatamos a história deste desde seu surgimento. Em seguida, descrevemos o contexto de Coração de Jesus e contamos sobre as conversas que tivemos com os diversos atores nesse município. Posteriormente, descrevemos a região de Janaúba, que compreende os municípios Nova Porteirinha e Janaúba. Depois, revelamos as circunstâncias e detalhamos os diálogos que tivemos em cada uma das cidades respectivamente. Finalmente, analisamos nossa experiência e propomos uma discussão sobre o que relatamos.

2. Programa Minas Sem Fome: contexto e apresentação

Em 1948, o governo brasileiro, sob inspiração estadunidense, criou a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), uma associação de crédito voltada para os agricultores (EMATER, 2012). A ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural – hoje EMATER-MG teve início no dia 6 de dezembro de 1948, como um empreendimento cooperativo do Governo do Estado de Minas Gerais e uma agência privada, a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social, sediado no Estados Unidos da América. Sua finalidade é a assistência técnica aos produtores rurais, tendo como objetivo principal a intensificação da produção agrícola e o melhoramento das condições econômicas e sociais da vida rural. Mais tarde o foco mudou para a assistência técnica e o bem-estar social com o objetivo de modernizar o campo. Em 1954, foi criada a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural; com sede em Recife, Pernambuco, abrangendo vários Estados do Nordeste, seguindo o modelo da ACAR de Minas Gerais que não se preocupava com o produtivismo mas sim com a promoção do produtor rural, de sua família, de sua comunidade, através de um processo educativo informal, a extensão rural. Em 1956, havendo necessidade de uma coordenação nacional das ACARs, o então Presidente Juscelino K. De Oliveira, decidiu criar a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, ABCAR, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal do Brasil.

Em 1974, o Governo Federal decide intervir diretamente nas atividades de Extensão Rural, criando a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRATER, em substituição à ABCAR, sua finalidade era coordenar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica Rural – SIBRATER, formado por empresas públicas estaduais, substituindo as ACARs estaduais. Assim sendo, a ACAR foi substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-MG, criada em 28 de novembro de 1975 pela lei Estadual nº 6.704, ao mesmo tempo que a ACAR era extinta.

No ano de 1984, a empresa passou a ter uma central em Brasília e extensões em cada estado, mas com a descentralização administrativa a função ficou sob responsabilidade estadual, havendo autonomia desses entes para delinear suas ações. A EMATER-MG, uma empresa estadual pública de direito privado, surgiu nesse período em que a Constituição Federal de 1988 afirmou em seus princípios a inclusão social. Isso provocou uma mudança em relação ao foco da ACAR porque a empresa passou a priorizar o atendimento da agricultura familiar, que envolvia pessoas em maior situação de desigualdade no contexto agrícola.

Ao longo de sua existência, a EMATER se preocupou em atender a demandas de assistência técnica pontuais, mas hoje a empresa apresenta-se como implementadora de políticas públicas. Almejando atingir os objetivos de suas finalidades políticas, a empresa realiza um trabalho articulado com: a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, cuja atuação é de formular políticas públicas e realizar o convênio com a empresa; a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) que se responsabiliza pela pesquisa na área agrícola; o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), cuja preocupação envolve tudo o que se insere em sanidade e fiscalização e, em alguns locais, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que auxilia por meio de cursos de capacitação para as comunidades beneficiadas, compostas por grupos dentro de associações de agricultores familiares que se organizam em torno de uma produção específica.

Internamente, a EMATER divide-se em três níveis: a unidade central em Belo Horizonte; 32 unidades regionais; e 789 escritórios locais em municípios parceiros. A central se responsabiliza pela gestão de programas, como o Programa de Combate à Pobreza Rural e o Minas sem Fome. A captação de recursos ocorre através da venda de serviços para os médios e grandes proprietários, pelo repasse direto do governo estadual, por repasses do governo estadual e federal via emendas parlamentares e os convênios com as Prefeituras Municipais. divisão destes para as unidades regionais é definida de acordo com a necessidade comparada de cada uma. Estas por sua vez recebem os recursos da central, já na forma dos produtos oferecidos pelo programa, que são repassados aos escritórios locais. As unidades regionais são também responsáveis pela assistência técnica às subunidades.

Estando presente hoje em 785 de 853 municípios mineiros, sua existência depende da vocação municipal e da existência de pessoal. Este último fator relaciona-se diretamente com a maneira de funcionamento da empresa, já que há um convênio com as prefeituras em que as mesmas ficam responsáveis pelo pagamento de uma mensalidade à EMATER, destinada aos salários dos técnicos locais, e pela disponibilização de um local para o funcionamento do escritório local. A empresa a nível local fornece técnicos, que se dividem entre atendimento no escritório e visitas a comunidades, veículos, gasolina e equipamentos, além dos benefícios em si.

Dentre os diferentes programas com os quais a empresa trabalha, há o Minas Sem Fome (MSF), cuja ideia inicial surgiu em 2003, quando José Silva Soares foi indicado à presidência da empresa. Seria uma ação paralela do governo de oposição de Aécio Neves (PSDB) e concomitantemente uma parceria como contraponto ao Programa Fome Zero do governo federal.

O MSF mostra a importância da agricultura familiar para a sociedade através de uma política pública que traz ao beneficiário segurança alimentar através de sua produção de alimentos. A ideia é diminuir o êxodo rural e visa também a retirada do assistencialismo por meio da ação combinada das prefeituras e sociedade civil. São beneficiárias quaisquer entidades, localizadas tanto no meio urbano quanto rural, sem fins lucrativos que apresentem projetos de interesse coletivo de sua comunidade e enquadrem-se nos requisitos situacionais (adequação da terra, comprovação da cultura e cultivo de determinados produtos).

Partindo de um direito básico do ser humano (acesso à alimentação de qualidade), o programa estimula o associativismo dos membros das comunidades fortalecendo os elos entre eles e o bem comum do local em que vivem, por meio da distribuição de benefícios que podem servir ao consumo próprio e à possível comercialização de excedentes.

Inicialmente, o projeto não saía do papel pela escassez de recursos em que se encontrava o Estado mineiro. Entretanto, Nárício Rodrigues, deputado federal do Partido da Social Democracia Brasileira na época, aliado ao presidente da EMATER, no final de 2003 foi organizada uma coalizão de deputados federais para a realização de uma emenda conjunta no orçamento, destinando 23,5 milhões para o programa idealizado, viabilizando o início de sua execução. O MSF tornou-se dessa forma viável em 30 de Dezembro de 2003, podendo almejar seus objetivos.

A emenda trouxe os recursos necessários ao impulso inicial e posteriormente o programa foi obtendo também um repasse anual variável do governo estadual, de acordo com a prioridade da agricultura familiar na agenda governamental. Os repasses provenientes do nível estadual estão, contudo, cada vez menores, atingindo esse ano apenas 2,5 milhões, conforme ressaltam os gerentes da central. Isso ocorre pela diminuição da verba total do estado e também pela redefinição do programa, que passa a ser “associado”, não sendo mais prioridade estratégica do governo, enquanto novos programas “estruturadores” (Lei nº 17.347-16/01/2008) prioritários para desenvolver mudanças estruturais, são formulados para acompanhar as novas demandas da agricultura familiar, já não mais centradas na questão da fome. O recurso inicial de 2003 ainda persiste. O Programa tem sido revigorado com recursos e se revigora com de novas emendas conseguidas no Congresso Nacional anualmente, com a ajuda da pressão da sociedade civil, que se traduz pela grande quantidade de associações de agricultores familiares beneficiados pelo programa.

Os funcionários públicos da central da EMATER que acompanham o programa desde sua criação nos contaram que nos primeiros anos a distribuição de sementes e a capacitação eram o foco mais específico e que a procura foi pouca inicialmente, sendo o clima de descrença preponderante no meio dos pequenos agricultores. A situação só mudou em 2007, pela crescente confiança dos envolvidos, resultando em uma demanda superior à oferta, na diversificação das vertentes do programa e na determinação de prioridade dada ao programa através do estabelecimento de seu caráter “estruturador”. A EMATER deixou então de atender à demanda requisitada e passou a distribuir cotas pré-estabelecidas, sendo que cada município tem direito à mesma quantidade de recursos, de acordo com a possibilidade de produção de cada local, mas independentemente da quantidade de agricultores familiares. Esse quadro se mantém até o ano atual, sendo que os recursos para o programa só têm diminuído desde então e o número de agricultores familiares que buscam os benefícios vêm aumentando. Está sendo desenvolvido um novo programa “estruturador”, “Cultivar, Nutrir e Educar”, para melhor atender ao novo desenho que vem tomando a realidade rural, mais pró-ativa, mais associada, com maior necessidade de ajuda para comercialização e incorporação de renda do que de segurança alimentar.

O MSF funciona com apoio das prefeituras municipais onde ocorrem as ações, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e da sociedade civil, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais e os sindicatos municipais de agricultura. O poder municipal requisita a presença da EMATER no município, sendo responsável pelo pagamento de contrapartida mencionada anteriormente e em alguns casos fornecimento de material de construção para estrutura física dos projetos sociais. O SENAR disponibiliza capacitação em diferentes áreas para agregar renda as mercadorias produzidas na comunidade, possibilitando maior variedade de produtos para a região. A sociedade civil demanda a prioridade de sua comunidade, discutindo interesses e distribuição dos benefícios entre os associados, por meio de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e outros espaços não institucionalizados, cuidando do bem-estar comunitário. De todas, a prefeitura é a

parceria à qual a EMATER sequer pode funcionar sem sua concessão, pelo poder de inferir os pagamentos e estrutura.

O programa funciona em diferentes frentes de atuação, de acordo com o benefício em questão. As ações desenvolvidas abrangem: hortaliças, lavouras, pequenos animais, pomar, leite, água, agroindústria, feiras e capacitação. Todas as vertentes visam de maneira conjunta garantir a segurança alimentar para os agricultores familiares e gerar renda quando os benefícios possibilitarem geração de excedentes.

Os programas de hortaliças e lavouras fazem uma distribuição anual de sementes. O ramo de hortaliças inclui cenoura, alface, beterraba, quiabo, repolho e abobrinha. Já o programa de lavouras inicialmente distribuía sementes de feijão, milho, sorgo e arroz. Este último benefício foi suspenso devido à inviabilidade, de acordo com a central, de sua venda devido à alta competitividade dos produtores de arroz do sul do país, que ganharam muita aceitação pelos baixos preços e alta qualidade na produção da espécie “agulhinha”. Anteriormente também estava incluso nesse viés adubo para a plantação, mas a escassez de recursos levou ao corte deste.

No projeto pequenos animais, ocorre a distribuição de pequenos animais, como galinhas, peixes e abelhas. Para a criação de galinhas caipiras são entregues pintainhas de um dia a com até 4 semanas, geneticamente melhoradas e vacinadas para produção de ovos caipira em maior quantidade e qualidade. A piscicultura viabiliza a criação de peixes em regiões com grande capacidade hidrográfica. A apicultura produz diversas mercadorias como o mel e a própolis. A dificuldade para a manutenção das colmeias e a salubridade de seu manejo é compensada com a rentabilidade da mercadoria produzida. São distribuídas abelhas rainha geneticamente melhoradas, viabilizando maior produção de mel.

Outra vertente do programa é o pró-pomar que desde 2005 fornece mudas de tangerina, limão, acerola e goiaba. As duas últimas variedades são substituíveis por manga e coco, de acordo com os hábitos alimentares de cada região, sendo que o são na região norte do estado em que se encontram Coração de Jesus e Janaúba.

A história da ação de tanques de resfriamento de leite iniciou-se com a determinação legal em 2002 da necessidade de regulamentação da técnica de produção, da qualidade, da coleta e do transporte do leite a granel (IN51- 18/09/2002). A qualidade citada referia-se à adequação sanitária através do resfriamento do leite em até três horas após a ordenha. O programa atendeu a essa demanda em 2006, quando a central se deu conta da dificuldade dos agricultores familiares de aderirem às novas exigências, de custosa e cara implementação.

O projeto de abastecimento de água é o que em suma viabiliza o desenvolvimento da região do semiárido mineiro. Como nos foi apresentado; sem água o povo não consegue cuidar dos animais e da plantação. São construídos sistemas comunitários de abastecimento de água que pode beneficiar as comunidades com reservatórios de água, motobombas hidráulicas, tubulações, cloradores e hidrômetros; tudo isso com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do agricultor com o fornecimento de água potável e contra a interrupção no fornecimento familiar da mesma.

Apesar da importância dos benefícios fornecidos pelo programa, o simples repasse de insumos de matéria-prima representou ao longo dos anos de funcionamento do programa um impasse: não havia agregação de valor estabelecendo uma situação de difícil geração de renda suficiente para garantir uma alternativa de permanência na área rural. Para suprir essa deficiência, criou-se uma ação voltada para a agroindústria, em que se projetava a construção de unidades coletivas de processamento de alimentos. Estão inclusos nesse projeto o corte e a embalagem de carnes, a fabricação de polvilho e farinha a partir da mandioca, a produção de rapadura e açúcar mascavo com a cana-de-açúcar e também de pães e biscoitos. Para a realização desse tipo de projeto requer-se a verificação da viabilidade, tanto em matéria de recursos disponíveis, quanto em relação à vocação de uma associação para determinado produto através da quantidade e qualidade de matéria-prima produzida. A gestão dessas agroindústrias e a entrega de equipamentos ficam sob responsabilidade das associações beneficiadas. Em relação a esse projeto houve constatação, pela central, de dificuldades na continuidade dessas ações, a citar, ausência de estudos de viabilidade técnica pela ineficiência de gestão pelas comunidades rurais.

Em 2010 teve início, oficialmente, a ação feiras livres que surgiu através da demanda de uma comunidade em Rio Doce/São Matheus para viabilizar o acesso ao mercado. A ação distribui kits compostos de barracas, jalecos e balanças eletrônicas, para ajudar no estabelecimento de feiras ao ar livre de produtos básicos e gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (Mascarenhas; DOLZANI, 2008). Dessa forma, busca-se diminuir a dependência dos agricultores familiares de entrepostos e intermediários que

encarecem a mercadoria final e diminuem o lucro da venda de seus produtos, aumentando a possibilidade da venda varejista direta.

Por fim, capacitar o público beneficiado e os jovens faz parte de todas as ações do MSF para garantir a operação correta dos materiais e maior aproveitamento do produto e capacitação específica da comunidade de acordo com o benefício demandado por ela. Essa capacitação leva em consideração a região em que a comunidade se insere, a cultura produtiva do agricultor rural e a faixa etária do público. Há também uma capacitação específica para jovens sobre inserção no mercado de trabalho e captação de crédito para agricultura familiar através do PRONAF-jovem. A capacitação é uma ação paralela a todas as outras ações do MSF que demandem um grau de instrução para melhor aproveitamento do insumo, seja ele de origem orgânica (mudas, pintainhas, sementes) ou maquinário que compõe as fábricas.

A partir dessa visão sobre o funcionamento geral do programa MSF, de todas as ações possíveis e de alguns atores envolvidos, seguimos viagem para Montes Claros, onde tivemos o primeiro contato com a realidade do município de Coração de Jesus que visitaríamos a seguir.

3. Minas sem Fome em Coração de Jesus

A unidade regional de Montes Claros é responsável por 22 municípios, dentre os quais se encontra Coração de Jesus. A nossa visita à unidade esclareceu o critério utilizado para a distribuição de benefícios: o número de agricultores familiares e de técnicos em cada município, visando sempre atender agricultores em situação de desigualdade social. Para que essa definição aconteça, o gerente conversa com o coordenador técnico de cada área e realiza a distribuição de acordo com a necessidade conhecida e a viabilidade de implementação. O entendimento desses técnicos sobre cada município se dá ora por visitas, ora por registros de pedidos diretos das prefeituras à diretoria da EMATER e, de acordo com a regional, às vezes ocorrem dissonâncias entre a vontade das prefeituras e àquela das comunidades. Há também os casos de recursos provenientes de emenda parlamentar, em que o município já é pré-definido.

A credibilidade da EMATER foi construída junto aos agricultores familiares anteriormente ao programa, devido à forte presença da empresa através do apoio prestado com a elaboração dos projetos necessários para o recebimento de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Isso possibilitou na região uma confiança maior no MSF quando da sua efetivação. Outra especificidade relatada pela regional foi de que o norte de Minas Gerais era mais adepto ao associativismo, diferentemente do sul, em que há mais cooperativas. A posição da equipe local é de aconselhar aos agricultores familiares a manterem essa tradição associativista, não formando diretamente cooperativas, justificando que as últimas têm maior tendência ao fracasso devido ao alto grau de exigência e onerosidade das leis e regulamentações.

As dificuldades do programa, relatadas na unidade regional, são que às vezes ocorrem perdas de recursos da comunidade pela morosidade da prefeitura em realizar sua contrapartida, como por exemplo, quando os equipamentos são entregues antes das instalações físicas estarem concluídas. Esse tipo de situação leva à perda dos benefícios porque não houve utilização no momento pré-estabelecido.

O MSF é visto pela unidade regional de Montes Claros com um olhar positivo de que é um programa importante para a geração de renda no meio rural, reduzindo as desigualdades, e para a criação de um vínculo exigente de contrapartida produtiva dos agricultores familiares, diferenciando-se de uma medida meramente assistencialista responsabilizada por tirar muitas pessoas do campo. Seu futuro estaria garantido, de acordo com a regional, pela efetiva demonstração de resultados e por ser considerado um programa que mantém a maioria dos recursos concentrados no próprio fim. Possivelmente, estaria em vistas de uma redução de recursos do governo estadual, dada a situação atual de Minas Gerais, e um aumento do repasse federal via novas emendas parlamentares.

A visão da unidade regional completou a expectativa que tínhamos sobre o que nos aguardava em Coração de Jesus. Antes de chegarmos à cidade, procuramos conhecer “à distância” um pouco da sua realidade. Coração de Jesus é uma cidade situada no norte de Minas Gerais; sua origem remonta ao século XVIII com a interiorização feita pelos bandeirantes, sendo primeiramente chamada de Inconfidência até quando se emancipou do município de Montes Claros em 1912. A região localizada no semiárido mineiro passou grandes dificuldades pela escassez de alimentos, tornando-se mais próspera a partir de 1832 com a produção de borracha e pasto para equinos e bovinos.

Atualmente, o município é composto por três distritos - Coração de Jesus, Ibiaí e Jequitaiá - e sua população atingiu 26.033 habitantes em 2010, de acordo com o IBGE (2012). Essa população se distribui equilibradamente entre as áreas rural e urbana, sendo respectivamente compostas por 11.267 habitantes,

43,28% da população, e 14.766 habitantes, correspondendo a 56,72% do total. A cidade totalizou o PIB de 137.973,4 milhões de reais segundo o IBGE em 2009 e seu índice de desenvolvimento humano é 0,46 (IBGE, 2000).

O gerente da regional, que nos acompanhou durante toda a viagem, nos levou então ao escritório local. Este foi um dos primeiros a ser aberto pela unidade regional. A sede era até meados de 2011 o local de funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, mas com a realocação a prefeitura concedeu o espaço à EMATER. Fisicamente, conta com três salas de atendimento e uma secretaria, em que trabalham três técnicos (dois agrícolas e uma extensionista de bem-estar social), uma secretária e uma ajudante de serviços gerais.

Até dezembro de 2010, havia cinco técnicos, quatro agrícolas, totalizando uma equipe de sete pessoas. Ocorreu, contudo, um impasse político que levou ao fechamento desse escritório em janeiro de 2011. Apesar das divergências no relato do que se passou, em linhas gerais, tratou-se de um conflito de cunho partidário entre prefeito e alguns técnicos durante período eleitoral. O prefeito decidiu efetuar na época o fechamento do escritório local, sob orientação da central de que seria a única maneira de conseguir a mudança de pessoal. Foi assim que o escritório local ficou fechado durante seis meses, sendo a reabertura conseguida pela pressão da sociedade civil, representada sobretudo pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Coração de Jesus e pelas diferentes associações de agricultores familiares da região. Hoje conta com uma outra equipe, considerada muito pequena para a quantidade de trabalho demandado. Como o escritório se considera sobrecarregado, alguns serviços acabam sendo delegados a outras instituições ou particulares, como o sindicato dos trabalhadores rurais e projetistas.

A conversa que tivemos nos esclareceu que a área coberta pelo município engloba aproximadamente 170 associações, dentre as quais em média 100 estão funcionando bem, com os documentos atualizados. São distribuídos entre elas os benefícios dos diferentes programas com os quais o município é contemplado, a saber, sementes de lavouras, tanques de leite, agroindústria, mudas de pomar e horta. De acordo com os técnicos, os mesmos são distribuídos igualmente entre as municipalidades, o que leva a uma situação considerada muitas vezes como desigual tendo em vista o número diferente de agricultores familiares a receber recursos em cada cidade, sendo que municipalidades com maior quantidade de agricultores familiares acabam recebendo menos recurso por agricultor familiar. Sobre essa questão, um dos técnicos da EMATER nos relatou que “*o benefício deveria ser de acordo com a quantidade de pessoas em cada município*”.

O escritório trabalha com vários programas, estaduais e federais, que se complementam para melhorar a realidade da agricultura familiar, sendo que as associações recebem benefícios de maneira conjunta. Por exemplo, algumas agroindústrias da região foram montadas com recurso do Programa de Combate à Pobreza Rural, estadual, seus equipamentos foram provenientes do MSF e sua comercialização é garantida pela compra da Companhia Nacional de Abastecimento por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), federal. Essa última etapa é considerada pelo escritório local como fator positivo, ajudando o acesso ao mercado, mas com um teor negativo, em que os agricultores familiares “*acostumam e não querem buscar outros meios de comercialização*”. Outra dificuldade encontrada pelos técnicos é a continuidade dos projetos, dizendo que no começo há muita “*empolgação*”, mas que muitas vezes se segue o abandono, pois, segundo eles, falta paciência dos agricultores para esperar o retorno em longo prazo.

A relação entre o escritório e as associações se dá pela visita dos presidentes de associações à sede ou então à ida de um técnico à comunidade. Os pedidos das associações são registrados no escritório local da EMATER quando o técnico retorna à sede municipal. A ida às comunidades pressupõe a existência de uma demanda, ou eventualmente, quando ocorrem reuniões para resolver um problema específico, como, a definição das regras para o abastecimento de água do poço comunitário. A definição do dia da semana em que ocorrem as reuniões das associações comunitárias parece ser um detalhe divergente, já que o dia normal em que as associações se reúnem é domingo, em detrimento da vontade do escritório em mudá-la para um dia útil. Também constatamos pela conversa a urgência em que muitos projetos são realizados, ocasionando um levantamento muitas vezes carente das especificações técnicas adequadas, levando ao recebimento de equipamentos por vezes inadequados à situação da comunidade, cujo reparo cabe à prefeitura, resultando em demoras na conclusão do processo de implementação.

Após nossa conversa com a equipe técnica do escritório local, pudemos conhecer melhor onde estávamos. A cidade tem um núcleo urbano pequeno, predominantemente caracterizado por casas pequenas e pouco comércio. No centro de Coração de Jesus, há uma praça que hoje abriga um monumento simbólico do aniversário de cem anos do município, uma Igreja Católica e um espaço aberto onde ocorrem eventos ocasionais, como a festa junina que pudemos presenciar. Os corjesuenses são pessoas bastante receptivas, nos ofereciam ajuda sempre e nos mostravam a cidade da qual todos parecem ter muito orgulho.

Uma das comunidades que visitamos nas redondezas da cidade foi Almécegas, que se insere em uma região em que predomina a produção de leite, sendo um dos tanques da região fornecido pelo programa MSF; mas também são beneficiados com pintainhas e sementes de feijão e milho. O gado é alimentado pela produção de cana, que no início os agricultores acreditavam que seria excessiva e além de alimentar o gado sobriaria para outras finalidades; mas não contavam que o gado popularmente conhecido como “vaca preta” consumisse tanto assim da cana de açúcar. Hoje afirmam que a cana mal dá para alimentar o gado, que se reproduz mais rápido do que cresce a plantação de cana.

Uma das professoras da comunidade, que é associada, afirma que a organização só foi possível pela conscientização dos benefícios que a comunidade poderia adquirir por meio de sua representação, chegando, conseqüentemente, ao MSF, no qual é beneficiada com as ações que listamos anteriormente. A comunidade sabe o quanto o apoio do prefeito influi nos benefícios que são distribuídos para elas, e na maioria dos casos não “*nadam contra a maré*”. “*Se eu sei que o prefeito que trabalhar com determinada pessoa na presidência da associação, eu mesmo renuncio*” - disse o atual presidente da associação que já renunciou o cargo para não prejudicar sua comunidade.

Na comunidade, há associados que não utilizam o tanque de leite por possuir transporte e ser mais conveniente e lucrativo a venda para as pessoas que já requisitavam suas verduras e frutas. Os técnicos parecem concordar com a busca pela otimização da renda dos agricultores.

A nossa próxima visita foi a Borrachudo, uma comunidade a aproximadamente 30 quilômetros de Coração de Jesus, as maiores estruturas vistas no povoado são a igreja evangélica e a própria fábrica adquirida através do PMSF. A Associação de Desenvolvimento Comunitário Oliveira de Borrachudo foi fundada em 1986, mas somente em 2008 o benefício para automatização da fábrica chegou à comunidade. Antes, todo o processo era manual: “*antigamente passava uma semana pra fazer duas sacas de farinha, agora em um dia nós fazemos cinco*” - disse a esposa do atual presidente da associação.

O foco da produção de Borrachudo é a farinha de mandioca que é vendida a 80 centavos o quilo. Eles foram capacitados para produzir farinhas diferentes (farinha com pimenta e outros temperos), mas afirmam que não caiu no gosto do povo. Reclamam dizendo que deveriam ter outra fonte de renda, pois a mandioca só se produz no tempo das águas e não se pode estocar farinha, pois decai a qualidade. Apesar de haver uma escola próxima eles afirmam que nunca venderam para escolas. Desse modo, percebemos que os agricultores dessa comunidade não estão inseridos na previsão do Programa Nacional de Alimentação Escolar que estipula a compra de no mínimo 30% dos gêneros alimentícios para as escolas públicas da agricultura familiar (MDA, 2012).

Sobre a associação o presidente disse ter muito cuidado, seguindo um estatuto e pagar tudo nos conformes para que a comunidade não seja prejudicada com a irregularidade dos papeis. O presidente da associação que cursou só até a quarta série tem consciência da melhoria de vida que o estudo traz, ele e a esposa sonham em formar os dois filhos para “*livrá-los*” da vida da roça. Ao perguntá-lo se tem algum status no povoado, ele respondeu com uma citação: “*salário de presidente é língua de gente!*”. Mas afirmou que há verdadeiramente um respeito dentro e fora da associação não somente pelo seu cargo. Ele acredita que seria bem melhor para a comunidade se possuem um trator para cultivar os campos de mandioca e também um carro para transportar os produtos da comunidade, assim não teriam de entregar por tão pouco nas mãos de “*atravessadores*”.

Seguimos diretamente para a comunidade de Jataí que é composta de 38 famílias sendo que seus números variam bastante. “*As famílias aqui têm mais de 2 pessoas e menos de 10*” - disse um dos associados gargalhando quando indagado. Tal comunidade é beneficiária do programa de abastecimento de água.

Nossa visita foi durante uma das reuniões da Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais de Jataí. Havia poucos associados, pois não é costume deles reunir-se no meio da semana. A discussão em pauta estava ligada ao MSF - a gestão do sistema de abastecimento de água comunitário, proporcionado pelo programa. Eles reclamam sobre a taxa única, todos moradores pagam um preço fixo pela água, que é invertido para o pagamento da energia utilizada pela bomba e de um associado responsável pela manutenção do sistema e pelo pagamento final da conta de energia. “*Tem gente que tem 50 cabeças de gado e paga que nem gente que não tem nenhuma. Sai de casa deixa a torneira ligada e fica o aguaceiro no meio do mundo*” - afirmou um agricultor.

Nem todos contribuem com os interesses da associação, negando-se a pagar taxas da associação e até mesmo de manutenção do abastecimento de água. Já houve caso de depredação do sistema, porém todos os participantes, inclusive os silenciosos, parecem engajados com a comunidade mesmo que esteja presente só para fins informativos.

Afirmam que antes era bem mais difícil, quando tinham de andar quase dois quilômetros para trazer um balde de água, depois conseguiram um motor a diesel para puxar a água e agora é bem mais cômodo com

o motor elétrico vindo do PMSF que foi conseguido via emenda parlamentar do deputado federal do Partido Democrático Trabalhista Zé Silva – informação concedida pelos locais.

Não há comercialização na comunidade, como afirmou um agricultor: *“terra miudinha, tudo que planta come aqui mesmo”*. São donos da terra e apesar das dificuldades afirmam que suas casas são *“completas”*: televisão, saneamento básico, chuveiro elétrico. E que não há marginalidade, relatam ser seguro sair de casa e deixar *“tudo aberto”* sem se preocupar com a subtração de suas posses durante a ausência. Quando indagados sobre a importância da associação para comunidade um associado relatou: *“não podemos viver sem associação, porque na prefeitura nós não acreditamos”*.

Os moradores de Borrachudo já se beneficiaram de pintainhas e sementes. Dizem que alguns recursos foram desviados da comunidade, que consistia em material para perfuração de um poço e drenagem de água, tendo o mesmo ocorrido mais de uma vez, com outros benefícios, para uma propriedade privada aos arredores da comunidade. Os técnicos foram tímidos quando indagados sobre o suposto ocorrido demonstrando pouca disposição a dialogar sobre o suposto ocorrido.

A seguir visitamos a comunidade Jatobá II em companhia de um técnico que trabalhava nela anteriormente. A associação foi formada com 22 produtores, cada um elaborando projetos individuais de gado e cana-de-açúcar para a alimentação. Esse impulso inicial gerou um excedente de cana-de-açúcar que levou à ideia de montar uma fábrica comunitária a fim de aproveitar a matéria-prima. De acordo com um dos agricultores que participou de toda a história, inicialmente a associação obteve um financiamento pelo Programa de Geração de Emprego e Renda do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Assim, cada um ficou responsável por 1/22 avo da dívida e a comunidade construiu uma fábrica de açúcar mascavo e uma fábrica de processamento de leite, além de um poço artesiano para abastecê-los.

Um dos produtores envolvidos nos contou tristemente que a fábrica de açúcar mascavo não obteve êxito porque não havia sido feito um estudo de mercado e os produtores não detinham conhecimento sobre qualidade, registro e regularização sanitária do produto. Quanto à fábrica de processamento de leite, também não deslanchou, pois não houve estudo prévio de adequação da produção de vaca leiteira às condições climáticas da região, então vários produtores perderam vacas por morte ou acabaram vendendo por preços muito abaixo do custo.

Pela conversa que tivemos na comunidade, a situação se agravou porque os produtores tinham que pagar a dívida e, como as fábricas estavam paradas, não estavam gerando renda suficiente para quitá-la. Foi nesse contexto que o MSF entrou na história da associação, ajudando a expandir e melhorar a qualidade da fábrica de açúcar mascavo. Ao mesmo tempo, a Companhia Nacional de Abastecimento ajudou a comunidade a ter acesso ao mercado, ao inseri-la no programa de compra antecipada e doação simultânea, em que o governo aprova um projeto de fornecimento de determinado produto da agricultura familiar e após a compra distribui os produtos para entidades como creches, asilos e escolas públicas. A partir desse novo quadro, os produtores conseguiram liquidar a dívida em aproximadamente cinco anos, através de renegociações.

Como a fábrica de processamento de leite não teve êxito pela especificidade da região, a associação decidiu utilizar a estrutura para o corte de carnes, fornecidas também para a Companhia Nacional de Abastecimento. A alternativa criada pela associação para o poço artesiano foi emendá-lo à comunidade para o abastecimento das casas.

Concomitantemente a essas mudanças, ocorreu na comunidade o Projeto Juventude Rural, iniciado em 2007. A ideia surgiu de um técnico do escritório local pela necessidade que a comunidade sentia de conter o êxodo rural, caracterizado por um agricultor familiar como *“jogar com a sorte”*. O projeto foi criado em parceria com a escola e a igreja, sendo as condições para participar do grupo: ter entre 16 e 24 anos, estar estudando, integridade social (determinada subjetivamente a critério da direção da escola e do presidente da associação) e uma religião qualquer.

Conversando com um dos jovens que participaram do grupo, entendemos que durante um ano e meio funcionou bem. Segundo ele, *“parecia que tava tendo um rumo brilhante”*. Dentre as várias ações do grupo, houve a meta de revitalizar o córrego da cidade, através da recuperação da nascente, e também um curso de capacitação de 100 horas, possibilitando o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem.

Os problemas políticos que levaram ao fechamento e posterior mudança da EMATER levaram à paralisação do projeto. O técnico integrado ao projeto relatou que *“todo mundo acreditava que as coisas iam tomar rumo, não o banho de água fria que aconteceu”*. Mesmo assim, considera um resultado de êxito a estimativa de 40% dos jovens que participaram terem permanecido na área rural.

Segundo um dos líderes do antigo grupo, o que aconteceu para acabar foi em parte *“falta de garra”* da própria comunidade pela ausência de oportunidades e pela falta de interesse de alguns que desejavam

resultados imediatos. Mesmo assumindo parte da responsabilidade pelo fracasso, ele nos relatou o lado positivo, que seria a aprendizagem de muita gente da falta que o grupo faz. Isso levaria de acordo com ele a uma situação de grande potencial hoje, em que muitos estariam dispostos a começar de novo.

Atualmente, a comunidade do Jatobá está muito diferente, o clima predominante é o de estagnação: a fábrica de açúcar mascavo está novamente parada, dessa vez pela quebra da caldeira, e o grupo jovem se desmanchou, não houve novas iniciativas nesse sentido. A esperança continua inabalada, sendo a confiança em um futuro melhor fator de destaque em todas as conversas. Como colocou um dos jovens entrevistados, *“quem nunca errou certamente nunca tentou”*.

Depois de conhecermos alguns benefícios dos programas através das visitas às comunidades, conversamos com um dos participantes do CMDRS de Coração de Jesus para compreendermos melhor sua atuação no contexto do MSF.

Ele nos relatou que o trabalho ocorre em parceria com a EMATER como maneira de aumentar a força dos agricultores familiares para pressionar o governo municipal. O conselho na cidade é composto por 16 membros, dentre os quais representantes dos agricultores familiares, representantes do legislativo, representantes da sociedade civil como o sindicato, e representantes da EMATER, que trazem os assuntos das comunidades que representam. Dessa forma, ajudam a cobrar o recebimento de recursos, fiscalizar se os projetos estão sendo implementados da maneira adequada e a distribuir os recursos quando eles são insuficientes para todos.

Um exemplo em que houve decisão de como seria melhor distribuir benefícios escassos ocorreu nesse ano, de acordo com o representante da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Pequeno. O recurso recebido foi o da Companhia Nacional Abastecimento em que 600.000 reais precisavam ser distribuídos entre as associações do município. A decisão foi feita através de uma discussão que levou ao denominador comum de que se o recurso fosse dividido para todas as associações de maneira igual, não seria suficiente para causar alguma mudança significativa. Então, ficou determinado que nesse ano o recurso seria focado em três associações com menor número de produtores, sendo que quatro outras ficaram à espera da próxima leva de benefícios.

Através da conversa também pudemos depreender que o conselho se isola de questões políticas, sendo que os vereadores não podem participar das reuniões do conselho em ano eleitoral. Além disso, quando alguém deseja se candidatar, *“não pode dar palpite nas reuniões, para não confundir com propaganda política”*, como relatou um técnico da EMATER.

Continuando nossas visitas às diferentes organizações que participam do programa de alguma forma, fomos até o sindicato dos trabalhadores rurais de Coração de Jesus, fundado em Julho de 1984. O presidente do sindicato em seu discurso mostrou-se defensor dos trabalhadores rurais, se alongando na exposição de seus feitos para manter aquela estrutura de que muito se orgulha, chegando até mesmo a brigar com própria família para utilizar uma casa que seria parte da herança para essa finalidade, dar assistência aos *“companheiros”*. As atividades que funcionam na sede variam entre a orientação dos agricultores para os projetos disponíveis para a categoria, os tipos de cuidados que devem ter com empréstimos, assistência a trabalhadores que não tem onde ficar ou comer na cidade, e inscrição para aposentadoria rural.

A relação da instituição com o MSF ocorre, sobretudo, pela participação nas reuniões do CMDRS, colocando a sua posição em pauta na tomada de decisões. Além disso, o sindicato fornece o espaço físico de sua sede para que essas reuniões sejam realizadas mensalmente. O presidente do sindicato relatou que, quanto à prática de agricultura ecológica, a EMATER mostra-se incapacitada já que a *“EMATER receita veneno”*, logo em seguida afirma que o prefeito aponta os líderes das associações para angariar votos, *“o povo tem medo de reivindicar seus direitos”*, disse o presidente indignado. Comentou barbáries como de políticos que afirmam que o voto é tão barato quanto uma pinga ou lata de óleo, quando indagado sobre as ações do Estado respondeu: *“aqui essas coisas são invisíveis”*. Em sua carreira militante, o presidente acumula vários processos por ocupação de propriedade (por fazer parte do MST) e previne-se com alguma cautela com estranhos: *“tenho medo de gente estranha na rua, se vejo um motoqueiro pergunto logo o quê é que é”*.

O sindicato que o próprio presidente afirma ser bastante diferenciado é, segundo ele, motivado por Deus, e relatou não se arriscar mais na política, pois *“se não tiver dinheiro não vai não”*, e em meio a sua luta, tenta tornar a realidade rural corjesuense mais justa e equilibrada. Os comentários populares dizem que os agricultores temem o presidente, ele mesmo já foi eleito por sete mandatos consecutivos.

Visitamos também a Secretaria de Agricultura, onde pudemos conversar por mais tempo com o secretário com o qual já havíamos encontrado diversas vezes ao longo da semana no escritório da EMATER. Descobrimos que sua história pessoal se confunde com a história da EMATER, tendo desde sempre convivido com a causa da agricultura familiar. Seu pai fora político responsável por trazer a ACAR

para o município onde morava, São João da Lagoa, que antes fazia parte do município de Coração de Jesus, sendo emancipado em 1995. No ano de 1963, um técnico da ACAR trouxe a ideia de criar um conselho de agricultores, mas *“rodou a região e ninguém quis”* porque na época a taxaram de socialista. Somente em 1979 surgiu a segunda associação do norte mineiro, em São João da Lagoa, presidida pelo atual secretário. A situação foi mudando até que *“os recursos passaram a vir só por associação, e o individualismo acabou”*.

O secretário, pela própria história de vida, se identifica com os agricultores familiares, afirmando que *“são eles que abastecem a cidade”*. A relação dessa secretaria com o escritório local em Coração de Jesus parece ser estreita. *“A Secretaria de Agricultura só existe com parcerias”*, sendo que o período de fechamento da EMATER no município levou à *“morte”* da instituição. O secretário relatou que sem a presença dos técnicos a demanda era impossível de ser atendida pela secretaria e as manifestações dos agricultores familiares tornaram a situação incontrolável. Partiu desse estabelecimento a iniciativa de pedir à central da empresa a reabertura do escritório. As negociações resolveram o problema após os seis meses sem a presença da EMATER, sendo a contrapartida exigida em acréscimo à habitual o pagamento de contas de telefone, água, luz, internet e a manutenção dos equipamentos fornecidos pela empresa.

Quanto ao MSF, os benefícios são vistos pela secretaria como medida de forte impacto para os agricultores familiares. Destacaram-se na conversa a importância dos recursos para o sustento dos agricultores e a perspectiva de produzir com abastecimento de água, pois *“terra sem água era ruim”*. A melhoria trazida pelo programa, em associação com outros, pode ser vista, de acordo com o secretário, pela diminuição do êxodo rural. A cidade antes dos incentivos era *“coberta de casas de lona e de papelão por todo lado, o povo ficava aglomerado sem serviço, as coisas eram à base da violência, roubos; hoje ainda tem, mais diminuí muito”*. Segundo ele, *“hoje todo mundo quer roça”* e *“as casas estão novas, eles voltaram”*.

O secretário se emociona com a crescente valorização da agricultura, relatando que *“antes para entrar cidade industrial de Belo Horizonte tinha que ir engravatado, hoje eu posso ir de botina”*. Os limites revelados pela secretaria envolvem, sobretudo, a necessidade das demais secretarias fazerem sua parte, pois *“agricultura tem a ver com tudo: estradas, pontes, energia...”*. Mesmo assim, o futuro promete: *“se o início ta assim, eu acredito que no futuro só vai ampliar mais”*.

4. Minas sem Fome na Região de Janaúba

A Unidade Regional de Janaúba compreende 17 escritórios locais, dentre os quais o de Nova Porteirinha e o de Janaúba, que tivemos a chance de conhecer pessoalmente. Nossa visita à unidade possibilitou uma visão geral da área abrangida e dos diferentes programas assistidos por ela.

O MSF é visto pela regional como um *“programa aberto”*, cujo modelo inicial vem da central, mas pode ser adaptado às diversidades de cada área. Um exemplo relatado pelos profissionais desse nível foi sugestão da inclusão da semente de sorgo no “Programa Lavouras”, por sua maior tolerância à seca. Além disso, foi trocada espécie de feijão recebida pela região, antes o carioca, *“de arranca”*, e atualmente o caupi, *“catador”*, que possibilita múltiplas colheitas a partir da mesma semente inicial.

A equipe presente na conversa relatou que o programa está *“transformando a vida das pessoas”*. Acima de tudo, a ação voltada para água gerou mudanças significativas, já que antes as comunidades dependiam de caminhão-pipa e de caminhadas de duração aproximada de 4 horas para buscar água. Essa dificuldade significava, de acordo com um dos técnicos, uma perda econômica, além de um vácuo do direito, já que o agricultor *“deixava de ganhar porque perdia o dia de trabalho”*. Agora a realidade é outra, sendo que *“hoje o cara abre a torneira e a água está dentro da casa dele”*.

As pintainhas também se destacaram na conversa, sendo descritas como *“pintainhas de qualidade, têm retorno, todo dia tem ovo garantido”*. Quando indagados sobre a quantidade recebida por agricultor familiar, a resposta garantiu que *“mesmo sendo pouco, motiva, dá exemplo”* e que *“às vezes, o produto é tão bom que eles guardam a semente pro outro ano”*.

Para a distribuição dos recursos ocorre a reunião da comunidade, representada pela diretoria da associação, em que são definidas as famílias em situação de maior desigualdade. A escassez de recursos levou também a uma mudança da quantidade direcionada a cada família. Por exemplo, são recebidos da central sacos de 20 quilos de milho para cada beneficiado, mas a regional distribui 10 quilos por família, para aumentar a quantidade de agricultores familiares beneficiados e evitar perdas porque *“a maioria não tem área suficiente para plantar 20 quilos”*. Cada município da região tem sua particularidade e diferentes benefícios são repassados, como mostraremos a seguir a partir da visita a dois municípios.

4.1. Contexto específico de Nova Porteirinha

Emancipado no dia 1 de Janeiro de 1996, Nova Porteirinha é um município que fica a 2 km do centro de Janaúba, sendo antes distrito da mesma. A cultura formada à margem do Gorutuba confunde-se com a de Janaúba já que se compartilha a mesma origem em termos de etnias e cultura alimentar. A população, segundo o senso do IBGE de 2010, é de 7.398 habitantes, sendo um município recente, e seu índice de desenvolvimento humano é de 0,33 (IBGE, 2000).

Muitas pessoas moram em Nova Porteirinha e estudam, trabalham e votam em Janaúba e vice versa. Aparentemente, não há diferenciações entre novaporteirinhenses e janaubenses, já que a maioria dos entrevistados em voz considera-se gorutubense, por estarem todos às margens do rio Gorutuba.

A EMATER encontra-se em Nova Porteirinha desde 1997, contando com o efetivo de nove técnicos, sendo dois deles operantes por convênio da prefeitura e o restante por convênio com a CODEVASF. Essa situação parece levar a um maior distanciamento da prefeitura, sendo que não há um diálogo frequente entre esta e a EMATER quanto às ações da empresa. O escritório local parece bastante presente, principalmente pela quantidade de técnicos, suficiente para que estes trabalhem em dupla e conheçam a fundo as necessidades da população atendida. O cotidiano do escritório é composto pela visita de associados para coletar informações sobre benefícios e orientação para melhor aproveitamento da renda, como empréstimos em projetos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e outras políticas públicas como Bolsa Estiagem; também conhecido como Bolsa Seca pelos locais, é um programa que beneficia famílias com a renda mensal de até dois salários mínimos que tiveram suas plantações prejudicadas pela seca. O programa disponibiliza a quantia de 400 reais que é distribuído em cinco parcelas de 80 reais.

As estradas que levam para área rural da cidade são rodeadas por bananais, apesar de as famílias visitadas possuem plantações diversificadas, incluindo hortas, pomares e lavouras, geralmente de recursos do MSF e próprios. Nessa região, tudo é facilitado pelo sistema de distribuição de água a céu aberto, que ainda precisa ser melhorado segundo os técnicos, pois boa parte da água evapora e, em algumas regiões, a irrigação é feita por sulco. Sendo o clima bem semelhante com as cidades de Coração de Jesus, Nova Porteirinha é beneficiada com as mesmas ações do MSF: pintainhas e sementes são as principais, mas em alguns lugares soubemos de capacitação e até mesmo apicultura, mesmo a última não sendo tão popular.

No caminho para as colonizações também se destacou a quantidade de agroindústrias, sendo que na menor cidade que visitamos, nos deparamos com a maior quantidade de agroindústrias na nossa trajetória, como as que processam cana-de-açúcar, frutas, mandioca e banana. Uma das agroindústrias que visitamos foi a de cana-de-açúcar, que produz melado e rapadurinha pelo MSF, além de cachaça por conta dos moradores. *“É um programa que a gente vê que mudou a vida de muita gente”* é o que nos foi respondido quando indagamos sobre o MSF a um dos contribuintes na fábrica de rapadurinha. *“Melhorou a qualidade da alimentação”*, persistiu. Afirmam que o programa também cria um padrão de qualidade, agricultores beneficiados quando desejam expandir plantação e criações procuram a EMATER para saber de onde provêm as sementes e adquiri-las.

Os agricultores não possuem em sua maioria o conhecimento sobre os objetivos do MSF ou mesmo todas as possibilidades de benefícios, salvo exceção dos líderes de comunidade que se mostram mais articulados e conhecedores. Os benefícios que chegam até eles são em porções pequenas, que ficaram menores ainda quando divididas entre os associados que acabam associando todos os membros da família para arrecadar mais insumos e benefícios para seu próprio lar, e os mesmo vem de diferentes programas. Muitas vezes os agricultores não sabem identificar quais benefícios vieram pelos MSF e o que vieram por outros, como a Companhia Nacional de Abastecimento, que escoar os produtos produzidos e o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A seguir, visitamos a Comunidade de Palos Altos, o terreno é plano e as casas são próximas e construídas à margem da extensa plantação de banana, que a região é famosa por produzir. O sistema de irrigação é desenvolvido através de irrigadores automáticos nas plantações maiores, o que nos fez perguntar sobre a extensão de terra dos moradores e suas atividades em prol do desenvolvimento comunitário. Nem todas as terras são utilizadas para fins de plantio, já que os agricultores nem sempre vivem para cuidar somente desta, já que possuem outros afazeres como a comercialização dos produtos na região e o trabalho em propriedades em propriedades alheias, assim como às vezes a plantação em toda a extensão exige mais trabalho que uma família, cuja força de trabalho consiste geralmente em duas ou três pessoas, sozinha pode fornecer. Essa situação de alguns agricultores é vista com descaso por outros: *“tem gente que tem terra e não tem coragem de plantar”*, denunciou um agricultor. O mesmo ator social afirma sentir a ausência dos filhos *“meus filhos querem e são doidos pra voltar, mas aqui não tem serviço; aqui o dinheiro não dá pra eles viverem”*. Quando indagado sobre suas atividades respondeu que *“vende um pouquinho de laranja, o resto é pra comer e dar para os que não tem”*. Assim, demonstra solidariedade com os membros da comunidade, na

qual tivemos que dividir a atenção entre os agricultores e as perguntas que faziam ao técnico que nos acompanhava. Observando essa comunicação entre técnico e agricultor, ficávamos mais cientes de como era o dia a dia do funcionário da empresa, e a maneira que o conhecimento era passado para os locais, que em sua maioria se limitavam a ouvir atentamente ao técnico.

Depois, visitamos a Secretaria de Agricultura, cujo secretário já foi anteriormente presidente da Central do Vale do Gortuba (CENTRALVAG), então ele nos contou sobre sua experiência em ambas as funções. Quanto à secretaria, nos relatou que não dispõe de recurso nem autoridade suficiente para fazer o que gostaria. Quando questionado sobre o que faria se dependesse dele, respondeu: *“Eu não tenho caneta pra fazer o que tem de fazer. Comigo seria diferente.”*. As críticas em relação à administração municipal se destacaram, assim como a necessidade do seu apoio: *“Prefeitura não investe em Agricultura Familiar. O investimento é muito pouco, quase zero.”*, *“Tudo depende de recurso e de dinheiro, só vontade não dá.”*. O seu relato aparentava desviar de qualquer ação efetiva da secretaria em relação à agricultura familiar e à EMATER, se apoiando sempre em justificativas para a inação. Essas justificativas podem até ser uma das causas para a ausência de coesão entre a empresa e a secretaria, mas já havíamos visto em Coração de Jesus que a falta de recursos da secretaria não significa necessariamente um impedimento para o diálogo e ação conjunta.

Prosseguindo a conversa, afirmou sobre a organização das associações que *“os agricultores são muito desunidos”*, acreditando que ainda há muita disputa de interesse entre agricultores, não havendo uma grande consciência orientada para o bem comum: *“O insucesso é que as pessoas não pensam no coletivo”* - prossegue ele. No entanto, sua narrativa parecia contrastar com a ideia da CENTRALVAG, que consiste em uma associação de associações, englobando 22 destas provenientes dos municípios de Nova Porteirinha e Janaúba. A organização surgiu a partir da dificuldade de se comercializar os produtos provenientes da agricultura familiar, devido ao volume insuficiente. Assim, a central busca organizar a produção, aumentando o volume de produtores por grupo de interesse. Um dos participantes da central nos contou que essa instituição nova acabou favorecendo também um associativismo mais ligado à vocação das pessoas e menos a uma “obrigação”.

A ideia inicial surgiu para as associações do perímetro irrigado de Nova Porteirinha, mas é aberta a outras associações das proximidades, abrangendo também o município de Janaúba. Dentro do projeto de fortalecimento das associações envolvidas está incluso a implementação de agroindústrias com a finalidade de evitar perdas dos produtos perecíveis e diminuir os prejuízos na comercialização. Isso é feito pelo investimento de recursos obtidos de vários programas diferentes, dentre os quais MSF, Programa de Combate à Pobreza Rural e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A comercialização dos produtos finais está idealizada pela construção de barracas na beira da pista de uma das colonizações, sendo ainda um projeto. A organização também distribui recursos de diferentes programas através do CMDRS, incluindo também as associações não integrantes.

Depois disso, conversamos com o presidente do CMDRS de Nova Porteirinha, o que nos mostrou a diferença de funcionamento deste de acordo com o município envolvido. O clima geral da conversa foi de desânimo, sendo relatado que a organização *“chama-se conselho de desenvolvimento, mas devia se chamar conselho de envolvimento”*. Explicando-nos melhor sua colocação, expôs que os integrantes ativos do conselho *“perdem tempo de serviço”*, pois muita gente não está presente nas reuniões e *“o pessoal está desmotivado”*. Essa descrença da comunidade local se explica, segundo ele, pela ausência da prefeitura nas reuniões do conselho, sendo vista como um descrédito à importância da agricultura familiar. A participação no conselho deveria incluir representantes da EPAMIG, do conselho de saúde e da câmara municipal, como nos relatou o presidente, mas atualmente conta apenas com a presença freqüente dos representantes das associações de agricultores familiares e dos técnicos da EMATER. Além disso, nos disse que *“tem muito recurso jogado ‘aqui’, tudo parado”*, atribuindo isso à falta de fiscalização do governo.

A seguir, uma dupla de técnicos da EMATER, uma nutricionista e um agrônomo, nos levou para conhecer dois projetos de agroindústria, ambos resultantes da sobreposição de diferentes programas governamentais, dentre os quais o MSF com a parte de equipamentos. A primeira conversa que tivemos foi com um dos trabalhadores de uma agroindústria de cana-de-açúcar, que fabrica rapadura e melaço, além da atividade paralela de produção de cachaça, esta última é possível já que a fábrica não é completamente financiada pelo MSF, pois o mesmo não dá apoio para produção de etílicos. A organização dos moradores da Colonização Gortuba é de separação do trabalho na fábrica, ou seja, existe uma equipe especializada que trabalha em cada parte da produção. Os produtores das quatro associações da redondeza, vinculadas à colonização, fornecem a cana e recebem metade da produção, enquanto a outra parte é direcionada para a manutenção da agroindústria (equipamentos, contas de água e energia, salários dos funcionários). Essa escolha ocorreu pelo consenso da comunidade, incentivada pelos técnicos da EMATER, de que a

especialização técnica prolongaria a vida útil do maquinário e favoreceria uma maior uniformidade da produção. Este último aspecto é importante à comercialização, sendo uma das exigências da CONAB e pela conversa entendemos que a ajuda técnica da EMATER tem contribuído para a formulação de rótulos com informações a cerca do produto e melhor compreensão das condições sanitárias exigidas. Um dos produtores rurais que hoje trabalha na agroindústria nos contou que a vida tem *“melhorado demais da conta”* e que a possibilidade de vender os produtos para a CONAB é boa porque *“fica no município duas vezes, para as entidades que recebem e para os agricultores familiares”*.

O outro projeto que tivemos oportunidade de conhecer foi o de agroindústria de polpa de frutas, que conta também com um programa de capacitação ainda não implementado. Esse projeto enfrentou dificuldades de viabilização devido à dificuldade de organização da comunidade para o pagamento das despesas de manutenção da fábrica. A solução encontrada pelas associações envolvidas foi o estabelecimento de uma parceria com um agricultor da região, já que os agricultores familiares acharam que seria mais benéfico poder vender as frutas que não conseguem vender no mercado, pois não estão esteticamente apresentáveis ou estão muito maduras, do que simplesmente não as vender. Assim, atualmente este “parceiro” gerencia o local, comprando as frutas prioritariamente da agricultura familiar local e revendendo o produto, a polpa. Os técnicos da EMATER relataram a vontade que têm de que a agroindústria seja um sucesso, afirmando que *“nós vamos batalhar e colocar pra funcionar”*, e caracterizando a parceria feita com o atual gerente como positiva, já que assim a fábrica não fica fechada.

4.2. Minas sem Fome em Janaúba

Janaúba é uma cidade fundada as margens do rio Gorutuba. Este inspira o gentílico por muitos orgulhosamente sustentado. Sua população é de 66.803 habitantes (IBGE, 2010) e seu índice de desenvolvimento humano é 0,40 (IBGE, 2000).

A água que alimenta as terras dos agricultores provém do rio Gorutuba. O canal a céu aberto data de 1978(CODEVASF, 1978) e dá acesso à maior dádiva que aquela terra possui. Todos os agricultores com os quais conversamos nos disseram que nada lhes é mais importante para que a água, nem mesmo a terra. O canal a céu aberto chega aproximadamente à extensão de 100 quilômetros, abastecendo as várias comunidades que muitas vezes são chamadas somente de colonizações.

Porém, mesmo dependentes de um recurso que quando falta por alguns dias pode gerar perdas substantivas para a produção, *“se não tem hidrômetro, o povo usa água até pra molhar a estrada”*, afirmou um dos agricultores na comunidade visitada. Nesta, a água é de difícil acesso devido à altura do terreno, pois todo o canal é movimentado pela força da gravidade, sendo em poucas partes encanado e direcionado a cisternas como a desta região. É reconhecida a importância da água para o desenvolvimento da agricultura, mas nos foi relatado que na prática os interesses pessoais muitas vezes sobrepõem os comunitários. Já que se a utilização do recurso não for contabilizada nas despesas do usuário, o mesmo pode o utilizar para fins não prioritários.

O escritório da EMATER está instalado onde antigamente funcionava um hospital, dividindo espaço com outras repartições públicas do município. O que chama a atenção nesse escritório é a quantidade de funcionários experientes que persistem no serviço mesmo após dado seu tempo de aposento e ostentam orgulhosamente nas paredes os quadros parabenizando-os pelas décadas de serviços prestados à EMATER. No escritório trabalham 9 técnicos, que devido à proximidade física mantém uma comunicação direta com a regional que se localiza em Janaúba.

Nossas visitas em Janaúba foram a comunidades mais distantes, que sofrem com a escassez da água, *“andava mais de uma légua (6 km) subindo uma serra que parecia que ia para o céu”*, relatou o agricultor sobre sua jornada para buscar água antes que sua comunidade ter sido beneficiada pelo MSF com uma cisterna. É movido pela esperança, mas não falta a lucidez ao falar do futuro. *“Vejo o futuro com muita tristeza, que vão arrumando coisa na cidade e deixando o campo”*, e sobre a cidade comentou: *“a cidade não é pra qualquer um, eu não estudei, a cidade é pra quem é mais esperto”*.

Essa comunidade, unida em boa parte pela associação Nova Esperança, localiza-se a aproximadamente 30 km de Janaúba e em terreno mais seco e elevado, tornando mais difícil uma tubulação direta para abastecimento de água. O MSF contribuiu com sementes, mas o foco foi o abastecimento de água, onde foi conseguida uma caixa de água de 20 mil litros para ser usada como cisterna.

Visitamos também a Secretaria de Agricultura, encontrando um secretário que está na função somente há seis meses e que reconhece a importância tanto quanto a falta de apoio para a secretaria que não possui orçamento. Como representante da prefeitura no CMDRS, o secretário afirmou que as discussões acaloradas no conselho chegaram a afastar os apáticos e nos fala sobre as motivações de alguns membros e das

dificuldades que enfrenta para conseguir mais benefícios para sua cidade já que as condições políticas atuais são desfavoráveis: *“infelizmente é politicagem, já que o governo estadual é oposição. Secretaria melhorou, mas precisa ser mais valorizada”*. Afirmou que o trabalho da secretaria é concentrado para agricultura familiar e quanto ao MSF disse ser um *“programa extremamente necessário”*, e sobre a natureza do benefício e a maneira de agir propôs *“conscientizar em termos políticas para ver uma política agrária, se não vira assistencialista”*.

Sobre a região do Gortuba afirmou: *“a região nossa é uma região boa, uma terra produtiva, se chovesse mais, nossa senhora!”* e prosseguiu, *“o futuro a gente precisa trabalhar, hoje temos de apoiar o pequeno produtor, alimentos sem agrotóxicos e buscar boas parcerias”*. Devido ao ano de eleição e à mudança recente do secretário de agronegócios, as informações ficaram meio amarradas.

Chegando ao sindicato da cidade, nos deparamos com um presidente cuja vida pessoal se interligou desde cedo à participação de grupos coletivos que buscassem melhorar as condições de vida no meio rural. Começou fazendo parte de um grupo de jovens da comunidade rural, se associando ao sindicato assim que completou dezoito anos, *“quando ainda tinha aquele gosto de ditadura, em que a categoria não podia fazer muita coisa”*. Em uma reflexão sobre as mudanças desde quando se associou, relatou que hoje enxerga o sindicato como *“uma ferramenta muito poderosa para mudar a vida do trabalhador rural”* sendo que *“antes a luta era pelas conquistas, hoje a luta é pra conseguir sustentabilidade do que já foi conquistado”*.

Quanto ao seu olhar sobre o programa MSF, a primeira abordagem foi sobre a responsabilidade dos beneficiados, constatando que *“nem todas as famílias cuidam com carinho pra ter sucesso”*. Mas nos esclareceu que o êxito de um benefício recebido pelo programa não dependia apenas de *“carinho”*, já que muitas vezes o contexto do momento impede trilhar os caminhos indicados pela EMATER. Por exemplo, ocorre um reforço conjunto por parte da empresa e do sindicato aos agricultores familiares quanto à necessidade de *“guardar sementes para o próximo ano”*, mas isso nem sempre é possível porque *“a situação difícil leva ao plantio de todas, não se pensa no outro ano”*.

A situação atual da agricultura familiar com a presença de programas como o MSF foi caracterizada na conversa por uma dependência crescente dos agricultores em que *“não se consegue aumentar a produção em qualidade e quantidade, e a oferta de benefícios tem diminuído”*. Destacou-se também a tentativa da entidade buscar uma alternativa para reduzir a dependência, que se traduziria em um banco de produção de sementes próprio, mas falta o recurso necessário para o investimento em irrigação.

Depois, conversamos com um agricultor familiar que acumula diversas funções voluntárias dentro da vida coletiva, como a presidência de uma associação e a vice-presidência do CMDRS. Ele nos contou sobre sua inserção no mundo associativo, ao qual nos relatou ter sido indiferente no passado, antes do incentivo de um primo. Segundo ele, lutou *“pra entender o que é associação, até aprender”*. Contou-nos que participou em 2010 de várias reuniões para um plano territorial de desenvolvimento sustentável e que sua impressão é de que *“o representante (da prefeitura) sempre vai, o secretário de agronegócios, mas o prefeito tinha que ir pra fazer o plano sair do papel”*.

Ao longo da conversa sobre o funcionamento do conselho, admitiu novamente a ausência da do legislativo da municipalidade, aferindo a isso uma razão- *“eu acho que é porque os vereadores têm muita reunião na segunda-feira (data da reunião do conselho)”*- que parecia uma tentativa de compreensão, mas que foi logo seguida por uma crítica- *“mas eles não demonstram interesse em mudar a data pra entender melhor nossa situação”*. Em contraposição, nos disse que a participação dos agricultores familiares é constante, já que *“é necessário ter algum representante da comunidade nas reuniões porque quem não tiver lá fica de fora da distribuição”*. Esta distribuição foi caracterizada por ele como *“democrática”* porque funciona em ciclo, *“vai mudando quem é beneficiado”*.

Quanto à sua própria atuação no conselho, nos relatou que aceitou o cargo pela inexistência de outros candidatos. Apesar de achar importante o seu papel, não parecia estar muito satisfeito com a sua formação, nos dizendo que *“quem é presidente tem que saber informações da roça e da cidade, se eu tivesse mais estrutura eu até queria ser”* e *“eu gostaria de ser ao menos formado, saber operar um computador, pra poder cobrar mais; eu tenho só até a quarta série, a gente sente falta de ter um linguajar pra poder falar nas reuniões”*.

5. Considerações Finais

Tivemos a impressão de que o MSF é muito impactante na vida das famílias beneficiadas, já que o mesmo possui um amplo leque de ações para o homem do campo. É muito difícil, entretanto, separar o programa das demais políticas públicas que trazem recursos para os agricultores familiares, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Projeto de Combate à Pobreza Rural e a

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (esta presente em Janaúba e Nova Porteirinha como relatado). Mesmo assim, ao conversarmos com as pessoas entendemos que houve uma grande mudança na vida delas nos últimos dez anos, os relatos indicaram melhorias na renda das famílias, o que possibilitou à grande maioria uma mudança nas condições de vida, como a diminuição de casas de pau-a-pique, acesso ao consumo de eletrodomésticos, energia elétrica e água (todos viabilizados pelas ações que chegam ao agricultor familiar). Essa última melhoria foi a que mais se destacou na região que visitamos, sendo que a ação de sistemas de abastecimento de água do MSF se mostrou como um ponto de referência na vida dos agricultores familiares beneficiados. Isso porque a água se apresentou como um bem essencial para que qualquer outra ação, de iniciativa dos agricultores e/ou ajudadas por políticas públicas, tivesse êxito. Assim, para os agricultores o que mais influencia a produção não parece ser o tamanho da terra, mas a água, já que *“com qualquer pedacinho de terra você produz um ‘mundo velho’ de coisas, mas sem água não produz nada”*.

Além disso, o programa se mostrou bastante diferente nas três cidades que conhecemos porque a situação das famílias era heterogênea e o programa também era implementado de maneira diferente. Em Coração de Jesus, encontramos uma realidade de mais desigualdades, quando comparávamos comunidades mais próximas e distantes da cidade e, maior ainda, depois que comparamos com os demais municípios. Isso porque além de as terras das famílias serem menores e as condições de vida nos parecerem mais difíceis, o escritório da EMATER na cidade era menor, com apenas quatro técnicos, o que parece dificultar o conhecimento mais próximo das comunidades pelos técnicos. Além disso, esse porte reduzido da empresa acaba sendo um empecilho para uma ajuda técnica aos agricultores familiares, pois esse tipo de ajuda demanda tempo e o conhecimento mais profundo e contínuo da produção de cada comunidade. Devido a essa realidade os agricultores têm de se deslocar de suas comunidades em ônibus que vêm em dias específicos para tentar resolver uma situação, que como foi observado muitas vezes não competem somente aos técnicos da EMATER.

O conhecimento que os técnicos podem levar à comunidade nos pareceu limitado, estes agindo mais como um entreposto para que os agricultores recebessem os benefícios do que realmente acompanhando de maneira próxima e contribuindo para o desenvolvimento técnico da produção de cada comunidade. Apesar dessa limitação do escritório local, a relação entre este e a prefeitura em Coração de Jesus é favorável às ações da empresa no município, sendo que nesse município essa relação se destacou como a mais sinérgica, já que ao longo da nossa estadia constatamos a constante presença do secretário de agricultura na empresa e dos técnicos na secretaria, havendo comunicação e colaboração para todas as ações.

Já em Nova Porteirinha, o programa toma outras proporções, o número de técnicos da empresa é bem maior (9), devido aos investimentos que recebem também da CODEVASF para a contratação de técnicos e custeio dos gastos. Esse investimento duplo no escritório local desse município acaba possibilitando uma implementação mais “próxima” do MSF, pois há técnicos suficientes para visitas às colonizações em duplas geralmente formadas por um técnico da área de agronomia e/ou zootecnia e um técnico da área social. Isso possibilita uma ajuda realmente técnica, de conselhos sobre as técnicas de produção de cada família, como fórmulas para a fabricação de adubo, constatação de pragas no plantio e controle de qualidade. Além disso, é possível um acompanhamento mais regular, sendo que os técnicos parecem conhecer bem as famílias, suas histórias, suas necessidades. Também é notável a diferença das ações do programa pela existência do sistema de tubulação do Rio Gorutuba, que possibilita maior facilidade de abastecimento de água para essas famílias e contribui para que ações como lavoura, horta e pomar sejam mais duradouras. Em contraposição, a prefeitura apareceu em segundo plano nesse município, já que a rotina dos técnicos, como vimos e nos foi confirmado por eles, não está atrelada à Secretaria de Agricultura. Isso se deve principalmente à maior autonomia do escritório local de Nova Porteirinha devido aos investimentos paralelos da CODEVASF. Assim, a relação menor com o governo local não prejudica a ação do escritório que não é essencialmente dependente do mesmo.

Por fim, a área rural de Janaúba nos mostrou uma espécie de meio termo entre as duas vivências anteriores, já que há um acompanhamento próximo das comunidades nesse município, talvez menos pela quantidade de técnicos (6) do que pelo tempo de serviço da maioria dos técnicos, que já trabalham na empresa há mais de 30 anos. Contudo, em Janaúba o conhecimento detalhado da realidade das comunidades não é suficiente para que os técnicos possam resolver algumas situações nas comunidades como nas várias áreas de sequeira em que mesmo os sistemas de abastecimento de água do programa não suprem a necessidade de água para a produção, resultando em perdas de sementes. Nesse município, as comunidades visitadas foram tão distantes quanto às de Coração de Jesus, o que tornou os cenários semelhantes também pela paisagem e a maneira muitas vezes dificultosa que os benefícios têm de passar para chegar às mesmas. A relação com a prefeitura no momento em que estávamos lá parecia ser distante, mas ao longo da nossa

estadia compreendemos que há seis meses o secretário de agronegócios havia mudado por razões partidárias e que anteriormente havia maior interação entre as ações do escritório e a secretaria. Essa ausência da prefeitura se mostrou compensada pela intensa sinergia entre o escritório e o sindicato municipal, em que há conhecimento contínuo das ações de ambos para melhorar os serviços aos agricultores familiares. Um exemplo disso é quando os técnicos do escritório local conversam com os líderes do sindicato informando os benefícios disponíveis e estes repassam a informação para os agricultores que chegam ao sindicato.

Em relação à presença da EMATER nas comunidades, o clima geral foi de gratidão, independentemente dos resultados obtidos, o que nos levou à reflexão de que existe uma visão vertical dos agricultores familiares em relação à empresa. Isso se mostrou tanto pelo sentimento apontado, quanto pela relação entre os técnicos e os agricultores, já que pareceu haver uma dissonância entre a linguagem falada por cada um, levando à não compreensão dos técnicos, seguida de uma aceitação. Então, a impressão que tivemos é que muitas “sugestões” dos técnicos em relação à melhor maneira de se organizar acabavam se tornando “verdades” na medida em que não há uma igualdade de linguagem e domínio para que ocorra uma discussão horizontal. Parece ocorrer com frequência uma polarização do conhecimento, em que a EMATER aparece como detentora e o agricultor familiar não se enxerga como portador de conhecimento, apenas como receptor. A verticalidade ainda predominante nessa relação acaba, a nosso ver, entrando em conflito com um dos valores iniciais do MSF, isto é fornecer benefícios que possibilitem maior autonomia, não sendo assistencialista.

Um dos limites que mais se destacou durante as conversas com todos os diferentes atores da implementação do programa foi a dificuldade de agregar valor para os agricultores familiares. O programa de agroindústria não parece estar funcionando em várias comunidades, seja por falta de recurso e organização para manter as fábricas, seja por estar ativo, mas não representar uma agregação de valor para o grupo inicialmente focado. Permanecem então os questionamentos: Como é possível introduzir técnicas de agregação de valor sem desvalorizar os saberes tradicionais da agricultura familiar para gerar valor agregado? Qual(is) seria(m) a(s) maneira(s) de articular as associações comunitárias para dar continuidade à gestão de uma agroindústria? Como promover o acesso dos produtos das agroindústrias ao mercado e como tornar essa produção e comercialização rentável?

A partir da experiência e das questões ressaltadas, percebemos que uma política pública sempre encontra diferentes obstáculos. Estes são por vezes superáveis e em alguns contextos, inevitáveis, pelo respeito à diversidade dos atores e pela influência da geografia, por exemplo. Os obstáculos são o que propiciam a adequação, na medida do possível, da política pública a partir do contexto específico do local, sendo construtiva para a realização de melhorias que está sendo efetivada. Melhorias estas que realmente ficaram comprovadas pelas histórias dos beneficiados, legitimando, em nossa opinião, a existência do programa.

6. Referências

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário, <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/APRESENTACAO_PNAE_FNDE_ALBA_2010.pdf>, acessado em 15/09/2012 às 14h08.

BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus, <<http://tabnet.datasus.gov.br>>, acessado em 24/08/2012 às 16h30.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social, <www.mds.gov.br>, acessado em 24/08/2012 às 16h30.

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, *Levantamento de aptidão para irrigação e mapeamento pedológico*. Ministério da Integração Nacional, 1978.

BRASIL. Instrução Normativa nº 51, de 18 de Setembro de 2002. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 20 de set. 2002, seção 1, p.13.

CORAÇÃO DE JESUS. Prefeitura Municipal de Coração de Jesus, <<http://www.coracaodejesus.mg.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100131209>>, acessado em 24/18/2012, às 16h30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, acessado em 24/08/2012 às 16h00.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Censo Demográfico 2000 - Resultados da amostra*, <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/primeiros_resultados_amostra/grandes_regioes/pdf/tabela_2_7_12.pdf>, acessado em 28/08/2012 às 20h00.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, <<http://www.emater.mg.gov.br/missao.php>>, acessado em 12/09/2012 às 20h37.

MINAS GERAIS. Governo Estadual de Minas Gerais, <<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/governo/acoes-do-governo/5802-choque-de-gestao-de-segunda-geracao/62659-estado-para-resultados/5794/5040>>, acessado em 12/09/2012 às 22h02.

MINAS GERAIS. Lei nº 17.347, de 16 de Janeiro de 2008. Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental para o período 2008-2011. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 16 jan. 2008. Disponível em <<http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/planejamento/ppag/arquivos/20082011/PPAG-2008-2011-Volume-I.pdf>> acessado em 22/09/2012 às 18h13.

MASCARENHAS, G; DOLZANI, M.C.S. *Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea*. Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, v. 2, n. 4, agosto/2008, UFG/IESA p.72-87.

SPINK, Peter Kevin. *O pesquisador conversador no cotidiano*. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. spe, 2008 .